ANOS DE CHUMBO EM PERNAMBUCO: MOVIMENTO ESTUDANTIL E ESQUERDA ARMADA

Maicon Mauricio Vasconcelos Ferreira[1]

Resumo:

Centrando no panorama dos anos de chumbo (1968-1973), o artigo se debruça sobre alguns aspectos da atuação do movimento estudantil em Pernambuco e da esquerda armada neste estado, estabelecendo ligações entre estes dois movimentos, como também as ligações e similitudes da conjuntura nacional e a de Pernambuco, rastreando pontos de sua dinâmica e conformação a partir do caso do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Palavras-chave

Ditadura Brasileira. Movimento Estudantil. Luta Armada.

Abstract

Focusing on the panorama of years of lead (1968-1973), the article focuses on some aspects of the actions of the student movement in Pernambuco and the armed left in this state, establishing links between these two movements, as well

[1]Universidade Federal rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

as the links and similarities of national economy and the Pernambuco, tracking points of its dynamics and conformation from the case of the Brazilian Communist Party (PCBR revolutionary).

Keywords

Brazilian Dictatorship. Student Movement. Armed struggle.

Brasil. Em 1º de abril de 1964 ocorreu o desfecho de um golpe, militar e civil, contra seu Estado democrático de direito[2], instaurando-se uma ditadura que perduraria por mais de duas décadas. Pautado na Ideologia de Segurança Nacional (Cf. COMBLIN, 1978) o bloco no poder que assaltou o Estado instituiu ostensivamente a noção de inimigo interno como principio justificador para institucionalização de todo um aparelhamento repressivo erigido a partir daí[3], aprimorando e sofisticando os dispositivos repressivos do Estado, criados, sobretudo, no período da última ditadura (1937-1945) antes de 1964. O processo conspiratório e o próprio golpe demonstraram-se como um recurso utilizado

[2] Entendendo Estado de Direito como o "Estado cujo poder político se submete ao império da lei – expressão da vontade da nação e elaborada pelo Parlamento – e não às vontades pessoais do governante. Estado de Direito é o Estado que possui poderes políticos autolimitados, em nome da liberdade da sociedade burguesa que se consolida." (BOBBIO, 1992. p.157)

[3]Como corolário, tanto a preservação da estrutura socioeconômica vigente quanto à contenção das tentativas dos segmentos populacionais diversos, de modificarem a sua posição e situação na 'sociedade' – a questão social – serão percebidas, entendidas e racionalizadas pelas elites dominantes como problemas de 'segurança nacional'. Ao igualar o concreto vivido e temporal – a sociedade – com a abstração que se pretende imutável – a Nação, gestada e preservada por ação estatal (e não social) -, toda ação política que pretenda transformar as relações sociais será vista como desagregadora da entidade nacional e, em consequência, como uma ameaça às prerrogativas do Estado. Estigmatizada como atividade antipatriótica e que almeja a subversões das instituições estatais, a ação política das camadas subordinadas será, no mínimo, condenada como ilegítima, quando não reprimida. Assim, será fácil às elites dirigentes e classes dominantes deslizarem por cima das diferenças que separam o questionador social do status quo do ativista antinacional. A seus olhos, será plenamente justificada a transposição, via militar, do marco da legalidade em nome da salvação nacional e contra os que reivindicam a sua redenção social. É nesta equiparação tupiniquim da nação 'estatizada' com o 'estado social' do país – e não na importação ideológica – que se deve procurar o embrião do autoritarismo e a matriz da doutrina de 'Segurança Nacional' (DREIFUSS, 1989, p.14)

pela classe dominante intermediada pelas suas forças políticas e entidades de classe, para refrear as conquistas democráticas que vinham sendo galgadas pela classe trabalhadora a partir da curta experiência democrática brasileira.

A tensão máxima foi atingida nos inicio dos anos 60, sobremodo no governo de João Goulart. Fracassadas as tentativas das reformas necessárias dentro da lei e passando-se para o objetivo de mudar a constituição, o golpe asseguraria a dominação burguesa num momento de crise de hegemonia, restabelecendo a simetria entre poder econômico e poder político, abalada desde a segunda metade dos anos 50 com a ascendência ao executivo do nacional-reformismo (Cf. DREIFUSS, 2006).

O golpe quebrantou as reivindicações de operários, camponeses, estudantes e militares de baixa patente cujas ações e politização crescente ameaçavam a ordem estabelecida. Consolidado o golpe, a repressão foi um imperativo precípuo na aplicação arbitrária de um conjunto de medidas para cerceamento da liberdade da população, sobremodo daqueles que resistiram. O Nordeste do Brasil, Pernambuco especialmente, foi eleito como uma região prioritária para combater o mais rápido possível o "perigo comunista". Ainda que mais fragilizadas e reduzidas em número no momento do desfecho do golpe, as Ligas Camponesas e suas relações com Cuba traziam um temor ao bloco de poder que encetou a conspiração e o golpe propriamente dito[4]. A caça às bruxas desse primeiro momento totalizou mais de três mil presos em Pernambuco dos quarenta em nível nacional. E estas prisões não respeitavam nenhum procedimento jurídico, eram efetuadas desordenadamente. As dependências dos órgãos de segurança, as cadeias públicas, as penitenciárias e até os próprios quartéis do estado não couberam o elevado quantitativo de detidos, compostos, sobretudo, de estudantes, trabalhadores, jornalistas, profissionais liberais, professores, políticos de oposição, escritores, etc, todos contribuíam para superlotar as celas arranjadas de improviso ou não para esse fim. Comparativamente à Pernambuco, o "ambiente

[4]Em Pernambuco "a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco acompanhava de perto os passos das Ligas Camponesas em seu relacionamento com a revolução cubana. Pode-se encontrar nos documentos, da pasta referente a Cuba, desde manifestações pró-Cuba organizadas pelas Ligas, como detalhadas listas de membros do movimento que viajavam àquele país. (SALES, 2005. p.134) O temor da influência cubana faz o Estado brasileiro romper relações com Cuba em 14 de maio de 1964. O Itamarati distribuiu uma nota para informar sobre a ruptura

das prisões nos outros estados do Nordeste era mais ameno" (FAUST *apud* COELHO, 2004. p.199).

> As prisões não tinham formalidade legal, prendiam por prender. No meio dessas prisões políticas, havia prisões por malquerenças pessoais. O senhor de engenho que tinha problemas com os camponeses, o plantador de cana que não gostava de plantador rural, até mulher que não gostava de marido, o sujeito que emprestava dinheiro e não recebia. Eles iam ao DOPS e denunciavam o camarada como comunista. Então, nas águas da perseguição política tudo era válido. (Idem, p.40)

No atinente ao Movimento Estudantil (ME), nos anos 1960 buscou definir-se como "um setor de resistência às articulações e aos encaminhamentos políticos que a classe dominante – principalmente a burguesia industrial – procurava viabilizar para si e, consequentemente, por imposição, para as demais classes sociais" (SANFELICE, 1986, p.16). Constituindo-se num movimento que representou não somente os interesses da categoria estudantil, mas também da sociedade brasileira como um todo, especialmente nos primeiros anos que se seguiram ao golpe militar de 1964, já que neste momento ocupou o lugar central da resistência política diante do vazio que decorreu da forte repressão. Em Pernambuco essa característica teve uma tônica ainda maior pelo fato de estado ainda não deter um parque industrial desenvolvido, e por consequência uma base operária forte. Ainda que, igualmente a outros estados, em Pernambuco também se instaurou forte tensão e disputa no seio universitário entre os estudantes de esquerda e os de direita, e simpatizantes da ditadura, por isso mesmo apoiados, os últimos, por ela, inclusive estes ocuparam, na qualidade de interventores cargos da direção das entidades estudantis de Pernambuco após o golpe, como a União dos Estudantes de Pernambuco (UEP) e União Pernambucana dos Estudantes Primários e Particulares (UPEPP). No plano nacional, foram criadas leis para estancar a mobilização estudantil à esquerda, tais como a Lei Suplicy (4464/64) e o decreto Aragão (228/67).

Em 1968 no Estado de Pernambuco, se observou uma explosiva agitação e vivacidade dos movimentos que se organizavam na contramão do regime. Neste

ano às ações de resistência à ditadura se fortalecem e manifesta-se um apoio mais consistente da população aos opositores. Esse ano irá marcar o ponto culminante de uma década de movimentos juvenis que se espalharam por quase todo o planeta

No Brasil assinalou a "opção" de parte da esquerda pelo caminho das armas como via de resistência e construção de uma nova sociedade. Em abril de 1968, depois de muitos debates e disputas internas no interior do PCB, é realizado o primeiro congresso do PCBR, contando entre seus fundadores com militantes históricos do Partido, a exemplo de Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho. Nesse congresso, ocorrido na cidade de Niterói, é aprovado o documento que definia a linha política do no Partido. Entre outros pontos, desmistificava o potencial revolucionário da dita burguesia progressista brasileira, bem como procurava demonstrar que a estrutura agrária brasileira não era composta por restos feudais, como defendia a linha oficial do PCB. Além de manifestar firme descrença na perspectiva do pacifismo e atuação política estritamente legal como as vias para a revolução brasileira.

Em 13 de dezembro deste ano é decretado o Ato Institucional nº 5, o AI-5. Que significou a "oficialização", no plano jurídico, do Terrorismo de Estado (TDE). Este vinculado à dinâmica capitalista como um sistema de dominação e disciplinamento. Expediente utilizado pelos setores dominantes em determinadas conjunturas, quando estes são questionados e ameaçados com maior intensidade. Usando-o, sem abrandamento, como instrumento para salvaguardar a dita civilização democrática, ocidental e cristã (Cf. PADRÓS, 2005, p.813).

O ano de 1968 também fincou o retorno da organização combativa dos trabalhadores, pontuando-se como maiores exemplos as greves de Osasco-SP[5] e Contagem-MG, e igualmente a aproximação do movimento estudantil com o operário, na tentativa de implementação da tão propalada aliança estudantil--operário-camponesa.

[5]A articulação das greves, desenvolvida de dentro da fábrica "pela atuação de diferentes organizações de esquerda – Aliança Nacional Libertadora (ALN), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Ação Popular (AP) e de operários da chamada igreja progressista" (MOMESSO, 2008. p.166)

> *Depois de alguns anos de resistência, foi nos inícios de 1968 que a luta operária voltou com mais força e ofensividade. Em abril, setores sindicais à esquerda do Partido Comunista Brasileiro, lideraram uma greve em Contagem, cidade industrial próxima a Belo Horizonte, que teve um resultado positivo, uma vez que a ditadura militar acabou fazendo concessões frente às reivindicações trabalhistas, a ser surpreendida pelo ressurgimento do movimento operário, silenciado e reprimido desde o golpe de 1964. Foi, então, a primeira vitória de uma greve operária depois de 1964. Organizados em Contagem e em Osasco, articulavam-se novos núcleos de esquerda, principalmente vinculados ao movimento operário católico de esquerda e militantes e simpatizantes de organizações políticas mais radicalizadas e críticas, à esquerda do PCB." (ANTUNES. RIDENTI, 2007, p.85.)*

A anunciação da via armada como linha de atuação política das esquerdas, arrogando-a como necessidade histórica em diversos países da América Latina, está amalgamada com este cenário. No Brasil pós-golpe, começou a ser tentada pela esquerda em 1965 e desfechada em definitivo a partir de 1968. As principais organizações voltadas para a luta armada que atuaram em Pernambuco foram o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a Aliança Libertadora Nacional (ALN), O Partido Comunista Revolucionário (PCR) e a Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares), sendo a primeira a maior e mais expressiva que atuou em Pernambuco durante a ditadura, além de possuir a maior inserção no movimento estudantil do Estado. Isto é salutar porque era do Movimento Estudantil donde provinha à maioria dos integrantes das organizações de esquerda armada, e com o PCBR não foi diferente. É sobre este aspecto que o presente trabalho traça considerações.

O PCBR, diferentemente de outras organizações de esquerda armada, declarava em sua linha política a necessidade da combinação na luta de massas do caráter ilegal e não-pacífico com o legal e pacífico, porém anunciando que com o emprego exclusivamente dos meios legais não haveria horizonte de sucesso para a revolução. Em Pernambuco desenvolveu um esforço para, concomitante

as ações armadas, desenvolver um trabalho orientado para o movimento de massas, o Movimento Estudantil foi conjugado nessa frente.

Nesse horizonte, constavam como reivindicações mais imediatas, pelas quais os militantes do PCBR deveriam se nortear: lutar em defesa das liberdades democráticas; pela revogação dos atos da ditadura; pela libertação dos presos políticos; contra a opressão e o terror policial; pelos interesses vitais dos operários; contra a política de arrocho salarial; por aumento de salários e liberdade sindical; pelas aspirações dos trabalhadores agrícolas e camponeses; por uma verdadeira reforma agrária; pela solução dos problemas dos estudantes e de todas as camadas populares; pela resistência ao crescente domínio econômico e políticos do imperialismo estadunidense.[6]

Diante da continuidade da oposição ao regime nas universidades mesmo após a decretação do AI-5, a ditadura cria nas férias escolares um instrumento de "controle legal definitivo do Movimento Estudantil"[7]: o Decreto-Lei 477. Aprovado em 26 de fevereiro de 1969, prescrevia infrações disciplinares de cunho político a professores, alunos e funcionários de estabelecimentos de ensino, "os professores e funcionários seriam demitidos, não podendo ser contratados por outros estabelecimentos de ensino durante o prazo de cinco anos. Os estudantes seriam desligados dos cursos que estivessem fazendo e proibidos de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino durante os três anos seguintes"[8].

No que diz respeito ao ME, o DL-477 representou uma agudização das premissas lançadas em 1964 quando da instituição, em novembro daquele ano, da Lei Suplicy de Lacerda, que decretava a proibição aos órgãos de representação estudantil a toda e qualquer manifestação, ação de perfil político partidário, bem como o incitar greves ou paralisações. Além de impor a submissão das entidades estudantis ao controle do Estado, mais precisamente ao Ministério da Educação. O 477 vinha para coibir quaisquer tipos de manifestações políticas nas institui-

[6]Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano (APEJE). *Linha Política* – Publicações do PCBR. SSP/DOPS-PE. Prontuário 27.342.

[7]Termo empregado por CAVALARI, 1987, p.137.

[8] http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-nacional-dos-estudantes--une

ções de ensino do país, de menor ou maior grau, que contestassem a ordem que vigia, proibindo desde reuniões e confecção/entrega de panfletos à promoção de greves ou passeatas, como rezava seu artigo 14. Apesar de não estar previsto no texto da lei, o DL 477 na prática foi usado em caráter retroativo, sobremodo para os que haviam antes dele infringido a Lei de Segurança Nacional, datada de 1967. Um dos maiores exemplos foi o caso dos estudantes que participaram do XXX congresso da UNE, realizado em outubro de 1968.

O AI-5 conjugado com o Decreto-Lei 477 e a Reforma Universitária - instituída pela Lei 5.540 a 28 de Novembro de 1968, com base nos acordos MEC-USAID[9] -, formam a tríade central que ajustou a Universidade brasileira à máxima do regime: *o diálogo é a violência*. Foi engendrado um processo de desmonte do aparelho socializador das instituições de ensino superior que lhe era tão característico, sobremaneira nas públicas, dando lugar a um modelo individualizante com foco no mercado de trabalho e destituído da essência crítica como princípio formativo.

Em Pernambuco, a perseguição aos estudantes foi tão expressiva, que este chegou a ser o 2º estado mais atingido pelo 477, sendo no mínimo 67 estudantes os punidos diretamente pelo Decreto Lei[10], número superado apenas pelo Rio de Janeiro, com 82 punições. As instituições, com maior número de indiciados foram: a Universidade Federal de Pernambuco, a Universidade Federal Rural de Pernambuco e a Fundação de Ensino Superior de Pernambuco, hoje Universidade do Estado de Pernambuco (UPE), além da Universidade Católica de Pernambuco. Todo esse conjunto de medidas acelerou o processo que o AI-5 já

[9] Afora outras leis complementares que viriam depois, a exemplo das Portarias Ministeriais n°s 149-A, de 28 de março de 1969, e a 3.524, de 3 de outubro de 1970. O acordo do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da agencia dos Estados Unidos para o desenvolvimento internacional (Usaid), proposto em 1965, por influência norte americana, visava tornar rentável a universidade pública; introduzir novos currículos e formação educacional mais técnica. Visava também a preparação de mão-de-obra qualificada para a indústria e propunha, ainda, a eliminação da interferência estudantil na administração, tanto colegiada como gremial.

[10] Levantamento realizado pelo cruzamento de dados de documentos diversos, mas concentrado em três grandes categorias: Jornais de grande circulação do período (Jornal do Commércio e Diário de Pernambuco), Documentos internos da Universidade Federal de Pernambuco e Correspondências e inquéritos do próprio Departamento de Ordem Política e Social.

havia intensificado, a passagem de muitos jovens para as fileiras das organizações de esquerda armada.

A atuação do PCBR no Movimento Estudantil de Pernambuco

Em Pernambuco, o PCBR deteve relevante inserção no ME. Isto em grande medida em decorrência de que seus militantes já atuavam na política estudantil antes de comporem essa organização, eram em sua maioria egressos do PCB. Com a Ação Popular (AP) o PCBR disputou nesse período a hegemonia do ME em Pernambuco ou mais precisamente nas maiores instituições do estado[11].

Como posto anteriormente, a promoção do trabalho de mobilização de massas compunha papel estratégico na tese da Revolução Brasileira do PCBR. Tendo bases de atuação em vários pontos estratégicos, a exemplo da Faculdade de Direito do Recife, e das escolas de Arquitetura, Geologia e Engenharia de Pernambuco (EEP), todas da Universidade Federal de Pernambuco. Normalmente inseridos na gestão de Diretório Acadêmico (DA) dos cursos. Vale destaque a atuação do PCBR na EEP devido a sua relevância dentro do quadro geral do ME do Estado e de sua posição tática particular para o Partido.

No ano de 1968, os militantes do PCBR participaram ativamente das manifestações de rua, populares e estudantis, nestas últimas exercendo não raro clara liderança e papel organizativo. Mesmo a organização sendo jovem, a presença dos seus membros na política universitária era intensa e gozava de reconhecimento dos estudantes. Articulou núcleos de atuação também no movimento estudantil secundarista, que, como no universitário, era orientado para ação a partir dos princípios do partido.

Ainda que em Pernambuco as ações armadas do PCBR somente tiveram início em 1969, no que se refere à entrada para composição do partido e mobilização de massas, 1968 marcará seu momento áureo em Pernambuco, pois diante das manifestações a pleno vapor e o clima político efervescente, a adersão a uma organização armada era tarefa menos temerária do que nos tempos que viriam pós AI-5. Também é em 1968 que o PCBR conseguiu aplicar em condições minimamente

[11] É valido enfatizar que estas instituições se localizam na zona litorânea do Estado, no entanto são representativas diante de sua força política e mobilização de massas quando comparadas com as demais instituições do estado.

favoráveis suas premissas de atuação por meios legais no movimento de massas, pois a força da conjuntura, como endurecimento político e aumento repressivo do regime, impôs como condição para continuidade da militância o timbre irrevogável da desobediência civil e entrada na "normalidade clandestina".

O DA da Escola de Engenharia de Pernambuco, situada então na Rua do Hospício, centro do Recife, era um dos principais núcleos de atuação do movimento estudantil do PCBR. Entre os que o integraram contam Alberto Vinicius de Melo Nascimento, João Mauricio de Andrade Baltar, Candido Pinto de Melo, e posteriormente Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral, principal articular do ME após o descenso do movimento de massas. As panfletagens, reuniões, conclamação de assembleias, paralisações, foram algumas das principais atividades promovidas. Atividades que envolviam alto risco saliente-se, a despeito que contemporaneamente possa não parecer. Tanto que gradativamente erigiram-se maiores dificuldades operacionais para sua realização à época, o que ocasionou seu rareamento sempre mais intenso.

Dentre estes membros de forte atuação no setor estudantil do PCBR, Cândido Pinto, egresso do PCB, foi o que se projetou de forma mais proeminente, alcançando grande liderança na EEP, chegando em fins de outubro de 1968 – quando se denotava certo descenso das grandes manifestações em Pernambuco - a eleger-se presidente da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), após anos desativada devido as consequências da Lei Suplicy de Lacerda. Cândido vendeu numa eleição acirrada pela representação da entidade com Umberto Albuquerque Câmara Neto[12] – estudante do curso de Medicina da UFP, da Ação Popular (AP), além da participação no pleito de Valmir Costa[13] – presidente do DA do curso de veterinária e liderança da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Nos meses seguintes ficou visível o descenso do movimento de massas no Recife, devido em grande parte a maior ostensividade do policiamento, pois quando o Estado não proibia as manifestações de ocorrerem as reprimia com

[12] Umberto em 1969 foi eleito vice-presidente da UNE. Foi um dos articuladores, juntamente Paulo Wright e Honestino Guimarães, da formação da Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Preso no Rio de Janeiro em 8 de outubro de 1973, desapareceu aos 26 anos de idade. Seu nome consta na lista dos desaparecidos políticos.

[13]Valmir retirou-se do pleito um dia antes de sua ocorrência, em dia 30 de outubro de 1968.

extrema força, além de normalmente realizarem um conjunto de prisões de manifestantes ao final. Apesar destas condições ainda podia ser percebida uma efervescência política e realização de protestos com menor número de pessoas, e comícios relâmpagos, inclusive em solidariedade aos manifestantes presos, de Pernambuco ou do restante do País, nesse sentido o caso da prisão dos 700 estudantes, 37 pernambucanos, no congresso da UNE foi emblemático, entre os quais figurava os três candidatos a presidência da UEP supramencionados. Mas após o AI-5 que trouxe consigo pareados tanto um maior recrudescimento tanto da repressão quanto uma maior restrição de liberdades, o movimento estudantil teve de se reinventar como condição *sine qua non* para prosseguir atuando.

Na escalada repressiva o movimento estudantil foi um dos principais alvos. Vários diretórios acadêmicos sofrem intervenção ou são fechados. Com seus membros perseguidos ainda mais duramente, muitos inquéritos foram abertos para punição exemplar dos militantes – seja pelo DOPS ou diretorias e administrações das instituições de ensino alinhadas com o regime – com o fito de exterminar toda e qualquer oposição significativa à ditadura e igualmente amedrontar ainda mais os que pensassem em apoiar o movimento. Conseguiram, em linhas gerais, sistematicamente destituir os órgãos estudantis de sua razão política histórica, a luta por direitos e por uma sociedade melhor. Claro que esse processo de aniquilação do movimento foi justificado, articuladamente, por um arcabouço jurídico e respaldado nos números e discurso apologeta ao chamado "milagre econômico". O Decreto 477, insere-se estrategicamente nesse contexto. Assim analisou o PCBR em sua *Carta Política* de 1969:

> com a aplicação do decreto 477 e a intensificação geral da repressão, as forças revolucionárias que atuam na universidade sofreram um grande golpe, cujas consequências foram:
>
> - Afastamento da universidade de grande número de estudantes e professores;
> - Forçou a afastamento dentre as lideranças e a massa, desde que com a intensificação da repressão tornou-se impossível às lideranças estarem presentes no dia a dia de cada faculdade;

- Passagem para a ilegalidade da grande maioria das entidades de massa;
- Dificuldade no encaminhamento das mínimas ações.

Se tudo isto por um lado aguçou as contradições da universidade e isolou ainda mais a ditadura por outro lado criou um clima de terror e medo coletivo que contribuiu decisivamente para o descenso do ME.[14]

A empreitada de conduzir uma oposição ao regime dentro da universidade torna-se uma missão por demais temerária e difícil, haja vista a saída das lideranças por força das medidas da ditadura e o rareamento ou inexistência da rede ativa de apoio, afora o fechamento de espaços como fóruns, reuniões, debates, assembleias, etc. A única via que restou para continuar atuando a partir dos mesmos princípios foi a promoção de articulações para lá da legalidade, por isso suscetível a qualquer tempo as mais duras sanções, inclusive o desligamento do âmbito da universidade ou escola secundarista[15].

Então, a reserva passou a ser um timbre do *modus operandi* da mobilização nas instituições de ensino. Todo esse contexto afetou o PCBR. Como em tantas outras organizações da esquerda armada brasileira, o Movimento Estudantil foi, durante toda a história do PCBR, a principal fonte de militantes para seus quadros, inclusive para os comandos político-militares, como também, juntamente com os profissionais liberais (PLs), das pessoas que compuseram o núcleo de apoio tático para os membros desse "grupo de fogo", como chamado à época. Em 1968 quando os estudantes saiam das Universidades, entrando no mercado

[14] Fundo SSP/DOPS – Prontuário 27.342.

[15]Nesse momento "tortura e propaganda formam duas modalidades complementares de administrar o silêncio e o segredo. Ambas operam nas camadas escondidas do governo ditatorial. A primeira dá-se nos campos de concentração, na madrugada, bem longe da vista e da escuta popular. A segunda, decidida nos gabinetes ocultos, invade literalmente todos os sentidos (sobretudo a vista e o ouvido) da multidão. Pouco sobra, em termos de espaço social – com este açambarcamento da fala, da escrita, da imagem, pelo dominante – para os que se colocam contra o Príncipe do momento". (ROMANO, Roberto. Autoridade e poder na vida acadêmica. *In:* FÁVERO, 1989, pp. 27-40)

de trabalho para exercer suas profissões alguns escolhiam o PCBR para apoiar. Contudo, à medida que os riscos no apoio se exacerbam, a rede igualmente vai escasseando.

O PCBR manteve sua existência e atividade no meio estudantil de Pernambuco até 1972, quando, devido ao fato da prisão de outros militantes conseguiram chegar ao núcleo estudantil, do que decorreu a instalação de processos contra seus integrantes. Mas antes dessas prisões alguns estudantes que atuavam no ME se ausentaram desse espaço para militar em outra frente, as ações armadas como foi o caso do estudante de Geologia da Universidade Federal de Pernambuco, Carlos Alberto Soares, que viria a ser o dirigente do Comando Político-militar do PCBR Nordeste.

A perspectiva do caminho armado para a revolução já estava posto para esta organização desde sua fundação e, evidentemente, para seus militantes que se encontram em atividade no meio universitário. Mas, como definido na linha política do PCBR, o trabalho de movimento de massas devia ser encaminhado elevando a consciência política dos sujeitos a partir de reivindicações mais imediatistas e cotidianas das categorias.

Voltemos a 1969 para tratar de um fato político salutar na tessitura dessa história. Cândido Pinto, principal liderança e presidente da UEP, na qualidade de militante do PCBR, conclamou - juntamente como outros militantes do seu Partido e do movimento estudantil geral, uma campanha contra as cassações de estudantes através do DL 477. Bem representativa da frente é a *Carta Aberta aos Professores* assinada por Cândido e divulgada no meio universitário. Ela, ao passo que convoca apoio para a luta, expressa um balanço sobre este decreto e denuncia vigorosamente as ligações escusas entre os membros da administração universitárias com as forças armadas e as relações destas com o capital:

> Finalmente, será dispensável relembrarmos aqui, que há 5 anos a nossa Universidade foi transformada em um palco de terror, a custa do medo à "subversão" e da "defesa da "Segurança Nacional".

Tudo isto, torna-se dispensável, pois quem tem olhos facilmente vê. Aí estão as reuniões constantes de diretores e reitores, com o IV Exército, para que os nossos educadores aprendam "como melhor ensinar", com as autoridades militares. Aí está a Reforma Universitária do Governo, onde qualquer investidor (sim, pois a Universidade é agora vista como investimento econômico privado) pode ser Reitor ou Diretor. E, finalmente, aí está o DECRETO DAS CASSAÇÕES, impondo o TERRORISMO à vida universitária.

Sobre o Processo de Cassações

(...) Para nós estudantes, este decreto é o particular, na educação, do Ato Nº 5. Assim como o Ato Nº 5 representa a tentativa de amordaçar todo país. O decreto-lei busca amordaçar, de modo especial, os estudantes, professores e funcionários.

Para nós estudantes, só existe uma posição em relação ao decreto: NÃO ACEITÁ-LO, resistir ao máximo à sua aplicação. Nós, sempre, lutamos por uma Universidade dinâmica e voltada para os anseios de libertação e bem-estar do nosso povo, e não será agora que pararemos. As repressões, masmorras, torturas e até mesmo os mortos já não nos intimidam.

(...) Finalmente esperamos contar com o apoio e a colaboração de todo o corpo docente das universidades de Pernambuco, para que juntos possamos dar prosseguimento à nossa luta contra a política educacional da ditadura e por uma universidade popular.[16]

[16]SSP/DOPS – Prontuário Cândido Pinto de Melo, Nº 17.011

Diante da destacada atuação de Cândido Pinto, membro do PCBR, na noite do dia 28 de Abril, às 22:30 aproximadamente, quando esperava o ônibus na parada do cruzamento da Rua Amélia com a Avenida Rui Barbosa, no Recife, numa tentativa de sequestro a qual ele reagiu para salvar sua vida é vitimado com três disparos de arma de fogo, um deles atingindo sua coluna e fracionando a medula, o que lhe sequenciou o estado de paraplegia. Hoje, e já na época, sabidamente o atentado foi executado por integrantes da repressão estatal, o DOPS especificamente. O relatório do inquérito instalado na época para apurar os fatos e autores do crime, apontou que era "forçoso concluir-se que a autoria do delito teria partido de policiais, onde se destaca a figura do Tenente Ferreira, oficial encarregado das diligências que tinham por finalidade a prisão de pessoas tidas como subversivas.[17]

E nada foi efetivamente diligenciado naquele momento diante das constatações apontadas no processo no sentido de punir os culpados pelo crime, sequer o Tenente Ferreira foi preso, agente apontado nos autos do processo como um dos autores. Contrariamente, quando convocado naquele momento para depor pelo Delegado de Segurança Pessoal e Homicídios Artur Rodrigues de Freitas Junior, responsável pelo caso, o último é informado pelo Coronel Expedito Queiroz, superior do Tenente, que este em razão de ter de viajar para aos Estados Unidos da América para cursar a Escola Internacional de Polícia não poderia comparecer para prestar os esclarecimentos solicitados[18]. Mas antes mesmo deste fato, porém posterior ao atentado contra Cândido, o tenente já havia sido recolhido à Escola de Oficiais até segunda ordem, como consta no relatório do processo supramencionado, o que denota a proteção institucional ao tenente tendo clareza do ocorrido e mais, que este crime fora realizado segundo ordens superiores ou, no mínimo, sob o manto de seu apoio.

A Escola Internacional de Polícia trata-se da Escola das Américas, conhecido centro de ensino de métodos de tortura com filial no Forte Gullick na Zona

[17]Relatório de Inquérito Portaria nº 271. Secretária de Segurança Pública – Delegacia de Segurança Pessoal e Homicídios. 8 de setembro de 1969. Prontuário SSP/DOPS Cândido Pinto de Melo, nº 17011.

[18]Oficio s/n. Polícia Militar de Pernambuco - Estado Maior. 14.8.1969. Prontuário SSP/DOPS Cândido Pinto de Melo, nº 17011.

do Canal do Panamá. Esta dava suporte para aperfeiçoamento das técnicas de repressão e interrogatório às ditaduras de todo o Cone-sul contra a resistência de seus opositores. Situando-se no arco da notória participação estadunidense no apoio aos estratagemas golpistas na América Latina, bem como em sua manutenção durante o longo período da Guerra Fria.

Na visão do PCBR, expressa em alguns de seus documentos, o recrudescimento da repressão converteu muita das formas de luta do Movimento Estudantil em ultrapassadas, pois não possuíam mais operacionalidade, simultaneamente impondo um mínimo de apoio armado na promoção de qualquer ação política e a violência como fator fundamental na quase totalidade dos modos de luta. Este entendimento é fruto de um debate levado a cabo internamente no Partido após o AI-5 e o DL 477, na busca de soluções e caminhos táticos a seguir diante dessa nova fase, caracterizada sobremaneira pelo resfriamento quase total do movimento de massas de 1968.

O PCBR traçou um entendimento de que após o AI-5, mesmo ocorrendo o descenso das lutas de massas, havia espaço para grande intensificação das ações armadas por parte das forças revolucionárias. Nesse sentido, depreenderam que o processo revolucionário no Brasil dirigia-se para o avanço cada vez maior e as ações armadas igualmente estavam inclinadas a fortalecer-se mais ainda. Declararam: "não podemos prever quantas trocas de generais haverá, quantos "golpes" de Estado serão dados pelas forças reacionárias, nem quantos atos institucionais ainda, serão editados, só podemos prever que o processo revolucionário brasileiro avança cada dia mais e como resposta a repressão das classes dominantes é intensificada cada vez mais"[19].

A análise que o partido realiza é a de que cometeu um grave erro em não se preparar para o avanço da repressão e por consequência não preparando as massas e uma estrutura para resistirem e progredirem com o processo revolucionário à margem da legalidade quando essa fase já prevista chegasse. Segundo essa mesma avaliação, a resultante desse legalismo em que caíram foi, no movimento estudantil, a intervenção, fechamento ou inatividade de maior parte dos DAs, DCEs e Grêmios estudantis do Brasil, acompanhada de um arrefecimento das mobilizações e atividades políticas nas universidade e escolas. Por conseguinte,

19 *Carta Política.* Publicações do PCBR. SSP/DOPS. Prontuário 27.342

concluíram, para superação deste sério desacerto, o recurso da ilegalidade de agora em diante deveria sempre está posto.

Se de fato o ME comunga das lutas do povo brasileiro, então deve também participar de seus modos fundamentais de luta! É nesse sentido que se manifesta a carta, a utilização da violência pelos estudantes, mesmo que em baixo nível, mas numa preparação para o momento de grande violência que participarão juntamente com o restante do povo brasileiro. Indicam que é premente a necessidade do ME se integrar efetivamente às guerrilhas urbanas. Para tal seria exigido, na leitura do PCBR, preparação não somente política, mas também militar. Avaliando neste mesmo documento que o ME cumpriria um papel salutar no desenvolvimento do processo revolucionário a partir da guerrilha rural, mantendo relevante proporção das forças de repressão nas cidades.

Manifestaram também que no ME deveria haver a constância ininterrupta de propaganda da violência revolucionária em todos os momentos, seja através da orientação para publicar sobre este ponto em seus veículos de imprensa ou nas ações realizadas, isto como contribuição para desenvolvimento das lutas de massa, estas que em seu entendimento diante da conjuntura necessitavam de um mínimo de apoio armado, o qual deveria ir aumentando gradativamente com seu avanço e o desenvolvimento mesmo da luta armada.

Desde os primeiros meses de 1969 – momento em que se forma o primeiro Comando Político-militar (CPM) do PCBR – até abril de 1972, quando ocorre a prisão dos membros do seu núcleo estudantil pelo DOPS-PE, houve a atuação da organização no meio universitário. E, assim, seu Comando Político Militar (CPM) e o Grupo Armado de Propaganda (GAP) foi constituído por militantes egressos do Movimento estudantil, do Estado de Pernambuco ou de Estados vizinhos, a exemplo do Rio Grande do Norte e Ceará. O ME foi fator indissociável na história da existência e atuação do PCBR em Pernambuco e mesmo no Brasil, elemento de peso singular tanto em suas vitórias quando em seus descaminhos. E diante da bibliografia consagrada ao tema podemos asseverar que os egressos do Movimento Estudantil compuseram decisivamente a gênese e o desenvolvimento das organizações de esquerda armada no Brasil.

Recebido em 05/09/2019
Aprovado em 15/09/2019

Bibliografia

ANTUNES, Ricardo. RIDENTI. Marcelo. **Operários e Estudantes contra a Ditadura**: 1968 no Brasil. **Mediações** - v. 12, n. 2, p. 78-89, Jul/Dez. 2007. p.85

BOBBIO, Norberto (1992). **A Era dos Direitos.** Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Campus.

COELHO, Fernando Vasconcellos (2004). **Direita, Volver**: O Golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Bagaço.

CAVALARI, Rosa Maria F. (1987) **Os Limites do Movimento Estudantil**: 1964-1980. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

COMBLIN, J. (1978). **A Ideologia da Segurança Nacional.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

DREIFUSS, René Armand (2006). **1964**: A Conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, Vozes.

DREIFUSS, René Armand. **O Jogo da Direita**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

MOMESSO, Luiz. Lutas e Organização Sindical em 68, Apesar da Ditadura. **Clio** - Série Revista de Pesquisa Histórica - N. 26-1, 2008.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como El Uruguay no Hay...Terror de Estado e Segurança Nacional no Uruguai**.(Tese) – Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

ROMANO, Roberto (1989). "Autoridade e poder na vida acadêmica". In FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (Org.). **A Universidade em Questão**. São Paulo: Cortez; Editora Autores Associados.

SALES, Jean Rodrigues. **O Impacto da Revolução Cubana Sobre as Organizações Comunistas Brasileiras (1959-1974)** - Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas, 2005.

SANFELICE, José Luís. **Movimento Estudantil: A UNE na Resistência ao Golpe de 64.** São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986.